



Município de Pesqueira

Praça Comendador José Didier, s/n - Centro - 55.200-000 - Pesqueira/ PE
 CNPJ: 10.264.406/0001-35 Fone: 87 3835-8715 prefeitura municipal depesqueira@hotmail.br
<http://www.pesqueira.pe.gov.br/>

| | | |
|--------------------|--|-----------------|
| Usuário: Jairo Luz | Chave de Autenticação Digital 1825-8043-234 | Página 1 / 1 |
|--------------------|--|-----------------|



Anexo 15 da Lei Nº 4.320/64 - Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Valores em R\$ - Período: 01/01/2018 até 31/12/2018

Despesa realizada: Empenhada

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------|--------------------|
| 4 VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (Nota 1) | 152.087.541,42 | 184.117.780,62 |
| 4.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 6.672.372,23 | 8.114.179,94 |
| 4.1.1 IMPOSTOS | 5.886.114,55 | 8.021.994,49 |
| 4.1.2 TAXAS | 786.257,68 | 88.185,45 |
| 4.2 CONTRIBUIÇÕES | 9.715.208,52 | 9.881.489,33 |
| 4.2.1 CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 7.811.201,56 | 7.332.643,83 |
| 4.2.3 CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 1.904.006,96 | 1.440.845,50 |
| 4.3 EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 710,00 | 0,00 |
| 4.3.3 EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 710,00 | 0,00 |
| 4.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 11.634.830,27 | 2.441.778,60 |
| 4.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA | 1.797,48 | 1.900,00 |
| 4.4.5 REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2.202.118,85 | 2.555.153,13 |
| 4.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS | 9.430.913,94 | 86.725,47 |
| 4.5 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 117.858.165,61 | 108.108.912,74 |
| 4.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 20.761.303,40 | 21.119.381,95 |
| 4.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 93.958.958,25 | 85.227.308,62 |
| 4.5.3 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 2.050.028,99 | 1.651.222,17 |
| 4.5.4 TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 1.087.874,97 | 0,00 |
| 4.6 VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.459.158,82 | 0,00 |
| 4.6.3 GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 60.336,00 | 0,00 |
| 4.6.4 DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.398.822,82 | 0,00 |
| 4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 4.747.095,97 | 55.864.420,01 |
| 4.9.7 REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS | 0,00 | 52.150.944,91 |
| 4.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 4.747.095,97 | 3.613.475,10 |

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------|--------------------|
| 3 VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (Nota 2) | 140.752.770,01 | 189.298.133,21 |
| 3.1 PESSOAL E ENCARGOS | 72.115.337,71 | 67.782.957,66 |
| 3.1.1 REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 59.508.468,75 | 55.890.906,82 |
| 3.1.2 ENCARGOS PATRONAIS | 12.606.868,96 | 11.892.050,84 |
| 3.2 BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 6.463.994,41 | 5.252.562,84 |
| 3.2.1 APOSENTADORIAS E REFORMAS | 4.335.594,33 | 3.030.296,92 |
| 3.2.2 PENSÕES | 906.820,08 | 71.927,83 |
| 3.2.9 OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 1.221.580,00 | 850.338,09 |
| 3.3 USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 32.402.995,89 | 26.708.775,62 |
| 3.3.1 USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 7.853.960,71 | 7.487.780,62 |
| 3.3.2 SERVIÇOS | 24.544.668,46 | 19.220.995,00 |
| 3.3.3 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 4.366,72 | 0,00 |
| 3.4 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 2.198,95 | 1.793,53 |
| 3.4.1 JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 34,80 | 0,00 |
| 3.4.2 JUROS E ENCARGOS DE MORA | 1.204,95 | 700,53 |
| 3.4.3 VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS | 0,00 | 605,00 |
| 3.4.4 DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | 79,20 | 488,00 |
| 3.4.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS | 880,00 | 0,00 |
| 3.5 TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 24.628.775,55 | 22.616.456,30 |
| 3.5.1 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 20.761.303,40 | 21.119.381,95 |
| 3.5.2 TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 0,00 | 1.480.712,39 |
| 3.5.3 TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 2.285.381,15 | 0,00 |
| 3.5.5 TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | 1.582.091,00 | 16.000,00 |
| 3.5.7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA | 0,00 | 361,96 |
| 3.6 DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 2.093.001,71 | 64.967,15 |
| 3.6.1 REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS | 217.558,74 | 64.967,15 |
| 3.6.4 INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.875.442,97 | 0,00 |
| 3.7 TRIBUTÁRIAS | 984.380,14 | 942.403,04 |
| 3.7.1 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 10,75 | 942,00 |
| 3.7.2 CONTRIBUIÇÕES | 984.369,39 | 941.461,04 |
| 3.9 OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 2.062.085,65 | 65.428.217,07 |
| 3.9.7 VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 0,00 | 64.147.268,29 |
| 3.9.9 DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 2.062.085,65 | 1.280.948,78 |

RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO (Nota 3) **11.334.771,41** **-4.886.352,59**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes de execução orçamentária)

| | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---------------------------------------|-----------------|--------------------|
| Incorporações de ativos (Nota 4) | 5.702.223,84 | 2.882.595,48 |
| Desincorporações de passivos (Nota 5) | 1.318.714,92 | 1.641.202,84 |
| Incorporações de passivos (Nota 6) | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporações de ativos (Nota 7) | 715.585,58 | 76.035,25 |

Nota: Considerados os valores intra-orçamentários

Entidades Consolidadas: Prefeitura Municipal de Pesqueira, Câmara Municipal de Pesqueira, Fundo Municipal de Saúde de Pesqueira, Fundo Municipal de Assistência Social de Pesqueira, Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Pesqueira, Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - FUNDECA.

Documento Assinado em 31/12/2018 por Jairo Luz
 Documento assinado eletronicamente por Jairo Luz em 31/12/2018 às 14:55:15.
 Endereço eletrônico: jairo.luz@pesqueira.pe.gov.br
 Documento assinado eletronicamente por Jairo Luz em 31/12/2018 às 14:55:15.
 Endereço eletrônico: jairo.luz@pesqueira.pe.gov.br



Secretaria Municipal de Finanças

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município

Exercício de 2018

Demonstrativo das Variações Patrimoniais
Anexo 15 da Lei Federal 4.320/64

Prestação de Contas de Governo
Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018

(Reservados os direitos autorais e intelectuais destas notas explicativas sendo vedado a reprodução sem autorização do CESPAM)

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE CASTRO TENORIO, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Acesse em: https://tce.tce-pe.gov.br/portal/verdocumento.aspx?documento=09_08_18_45_0022_44111185_111635510



O Demonstrativo das Variações Patrimoniais do exercício de 2018, apresenta R\$ 152.087.541,42 relativo as variações patrimoniais aumentativas, dentre elas, as receitas públicas efetivas, enquanto as variações patrimoniais diminutivas totalizaram R\$ 140.752.770,01, dentre elas as despesas públicas efetivas. Desta forma, o resultado econômico do exercício foi de R\$ 11.334.771,41, superavitário.

A seguir, são apresentadas as Notas Explicativas inerentes a DCON.

MARIA JOSÉ CASTRO TENÓRIO
Prefeita

LUCIANA OLIVEIRA DE ARAÚJO
Secretária de Finanças

JOSÉ LUCILIO MOTA CAVALCANTI
Diretor de Contabilidade

BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO DE PESQUEIRA
Demonstrações Contábeis Consolidadas do Município
Exercício de 2018



(Resolução TCE-PE nº 047, de 19 de dezembro de 2018)

NOTAS EXPLICATIVAS
(ANEXO 15 – DEMONSTRATIVO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

a) INFORMAÇÕES GERAIS:

| |
|--|
| Nome do órgão ou entidade: Prefeitura Municipal de Pesqueira (PMP) |
| Natureza jurídica (conforme código da RFB): 124-4 - Município. |
| CNPJ: 10.264.406/0001-35. |
| Domicílio do órgão ou entidade: Praça Comendador José Didier, s/nº – Bairro: Centro – Cidade: Pesqueira – Pernambuco – CEP: 55.200-000 |
| Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade: A Prefeitura Municipal de Pesqueira concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 "Município" possui como atividade principal "a administração pública geral". Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais, bem como a realização de investimentos necessários no serviço público e infraestrutura urbana. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). A população estimada pelo IBGE é de 67.047 habitantes, tendo como coeficiente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) o índice de 2,4. Durante o exercício de 2018 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 3.238 de 06 de novembro de 2017 (LOA para o ano de 2018). |
| Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida na Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Portaria STN nº 840, de 21 de dezembro de 2016 que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) 7ª Edição. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual e NBC TSP 16.7 Consolidação das Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do <i>International Federation of Accountants (IFAC)</i> através das <i>International Public Sector Accounting Standards (IPSAS)</i> das quais destacamos a de número 9, 12, 16, 17, 19, 21, 23, 26, 31, 32. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE. |
| Consolidação das demonstrações contábeis: A consolidação desta demonstração contábil abrange o Poder Legislativo e Executivo, bem como os órgãos da administração direta e indireta, incluindo os fundos, conforme relação a seguir: 1) Câmara Municipal de Vereadores de Pesqueira; 2) Prefeitura Municipal de Pesqueira; 3) Fundos Municipal de Saúde (FMS); 4) Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS); 5) Fundo Municipal de Defesa da Criança e ao Adolescente (FUNDECA); 6) Instituto de Previdência Próprio dos Servidores Municipais de Pesqueira. |
| Dados da Prefeita do Município: Nome: Maria José Castro Tenório. Cargo: Prefeita. Período de gestão: 01/01/2018 a 31/12/2018. |
| Dados do contador (a) da Prefeitura responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis, consolidação e notas explicativas: Nome: Jairo Pereira da Luz. CRC-PE nº 027230/O-0. E-mail: jairo.pereira.luz@hotmail.com. |
| Dados do contador (a) dos Fundos Municipais de Pesqueira: Nome: Jairo Pereira da Luz. CRC-PE nº 027230/O-0. E-mail: jairo.pereira.luz@hotmail.com. |
| Dados do contador (a) do RPPS: Nome: Joao Gualberto Combé Gomes. CRC-PE nº 021289/O-0. E-mail: jgalberto@cespam.com.br. |
| Dados do contador (a) da Câmara de: Nome: Ronaldo Melo Da Silva. CRC-PE nº PE-004854/O-3. E-mail: certam@gmail.com. |
| Dados do responsável pela execução orçamentária, financeira e patrimonial Prefeitura Municipal: Nome: Luciana Oliveira de Araújo E-mail: Luciana-olivar@hotmail.com |
| Dados do Controlador Geral do Município: Nome: José Inaldo da Silveira. E-mail: inaldosilveira@bol.com.br |
| Nome do Software de Contabilidade utilizado no município: Câmara de Vereadores - fiorilli; |

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE CASTRO TENORIO, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Acesse em: <https://tce.pe.gov.br/epm/validarDoc.aspx?CodigoDoDocumento=9886447-9623-44dd-b085-4ddc73cc5f42>



Prefeitura Municipal – E-pública;
Fundos - E-pública;
RPPS - E-pública.

Endereço eletrônico do Portal da Transparência:
www.pesqueira.pe.gov.br/

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE CASTRO TENORIO, JAIRO PEREIRA DA LUZ
Assessora em: https://sccce.tcepe.gov.br/epi/validarDoc.aspx?CodigoDocumento=9888445-9623-44dd-b085-d1d1ef3cc5f42

b) RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

b.1. Resumo das políticas contábeis significativas:

Os registros dos atos e fatos que deram suporte a elaboração desta demonstração, seguiram os princípios contábeis da entidade, continuidade, oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência, implícitos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Os lançamentos nos sistemas orçamentário e patrimonial foram realizados pelo método das partidas dobradas em atendimento ao art. 86 da Lei Federal nº 4.320/64. A estrutura das demonstrações contábeis obedeceu às regras estabelecidas na parte V do MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Na consolidação das demonstrações contábeis foi considerado o 5º nível igual a 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). A Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TC nº 047/2018 trata da necessidade de agregação (soma) dos dados contábeis das entidades não de exclusão de contas do 5º nível. A moeda funcional do município é o real (R\$). Não houve registros em moedas estrangeiras que viessem a ser convertidas para a moeda funcional vigente. Na consolidação das demonstrações contábeis não foram excluídas as transações recíprocas de natureza intra-orçamentárias conforme Nota 1 “a” do Anexo I da Resolução TCE-PE nº 047/2018.

b.2. Bases de mensuração utilizadas:

O Demonstrativo das Variações Patrimoniais foi elaborado sobre o regime de competência em atendimento as NBCASP. Para tanto, a execução orçamentária e fiscal dos atos e fatos contábeis se baseou nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1 O caixa e equivalente de caixa:

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2 Créditos a curto prazo:

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3 Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo:

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4 Estoques:

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5 Ajuste para perdas dos créditos tributários:

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2018, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2018, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6 Imobilizado:

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuírem vida útil



definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O setor de patrimônio do município deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos a depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (*impairment*) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7 Intangível:

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8 Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão:

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9 Passivo circulante e não circulante:

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10 Empréstimos e financiamentos:

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11 Provisões:

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12 Apuração do resultado:

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro.

A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

O regime orçamentário do município segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas:



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE CASTRO TENORIO, JAIRO PEREIRA DA LUZ
 Acesso em: https://ctecid.cec.br/gov.br/epi/validador/validador.do?codigo_documento=9886445-9023-4ddd-b85-d4ddcf3cc5f42

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas nos demonstrativos decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária, patrimonial, do resultado patrimonial ou dos fluxos de caixa.

b.4. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

a) Classificação de ativos:

Não houve mais de uma base de mensuração de classes de ativos similares.

b) Reconhecimento de variações patrimoniais:

Não houve reconhecimento de variações patrimoniais significativas além das operações comuns resultantes e independentes da execução orçamentária.

d) Transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outras entidades:

Não houve transferência de propriedade de ativos para outras entidades.

c) INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

c.1. Referências cruzadas e notas explicativas:

A seguir serão apresentadas de forma sistemática as referências cruzadas com o título "Nota" seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do demonstrativo contábil facilitando a interpretação dos usuários.

**Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais da Lei Federal 4.320/64 em 31/12/2018
(REFERÊNCIAS CRUZADAS E NOTAS)**

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|-------------------------------------|---|--------------------|-----------------------|
| 4 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA | 152.087.541,42 | 184.411.780,62 |
| 4.1 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 6.672.372,23 | 8.414.179,94 |
| 4.1.1 | IMPOSTOS | 5.886.114,55 | 8.224.994,49 |
| 4.1.2 | TAXAS | 786.257,68 | 189.185,45 |
| 4.2 | CONTRIBUIÇÕES | 9.715.208,52 | 9.484.489,33 |
| 4.2.1 | CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS | 7.811.201,56 | 7.737.643,83 |
| 4.2.3 | CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA | 1.904.006,96 | 1.746.845,50 |
| 4.3 | EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS | 710,00 | 0,00 |
| 4.3.3 | EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS | 710,00 | 0,00 |
| 4.4 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS | 11.634.830,27 | 2.542.778,60 |
| 4.4.2 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 1.797,48 | 900,00 |
| 4.4.5 | REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS | 2.202.118,85 | 2.455.153,13 |
| 4.4.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS | 9.430.913,94 | 86.725,47 |
| 4.5 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS | 117.858.165,61 | 108.100.912,74 |
| 4.5.1 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 20.761.303,40 | 21.119.381,95 |
| 4.5.2 | TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS | 93.958.958,25 | 85.327.308,62 |
| 4.5.3 | TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 2.050.028,99 | 1.654.222,17 |
| 4.5.4 | TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS | 1.087.874,97 | 0,00 |
| 4.6 | VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.459.158,82 | 0,00 |
| 4.6.3 | GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | 60.336,00 | 0,00 |
| 4.6.4 | DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.398.822,82 | 0,00 |
| 4.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 4.747.095,97 | 55.869.420,01 |
| 4.9.7 | REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS | 0,00 | 52.250.944,91 |
| 4.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS | 4.747.095,97 | 3.618.475,10 |

Nota 1) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS:

As variações patrimoniais aumentativas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 152.087.541,42. diminuição de R\$ 32.324.239,20 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 184.411.780,62.



| | | | |
|---|---|----------------------|----------------------|
| 3 | VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA | 140.752.770,01 | 189.298.133,21 |
| 3.1 | PESSOAL E ENCARGOS | 72.115.337,71 | 67.782.957,66 |
| 3.1.1 | REMUNERAÇÃO A PESSOAL | 59.508.468,75 | 55.890.906,82 |
| 3.1.2 | ENCARGOS PATRONAIS | 12.606.868,96 | 11.892.050,84 |
| 3.2 | BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 6.463.994,41 | 5.752.562,84 |
| 3.2.1 | APOSENTADORIAS E REFORMAS | 4.335.594,33 | 3.930.296,92 |
| 3.2.2 | PENSÕES | 906.820,08 | 971.927,83 |
| 3.2.9 | OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS | 1.221.580,00 | 850.338,09 |
| 3.3 | USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO | 32.402.995,89 | 26.708.775,62 |
| 3.3.1 | USO DE MATERIAL DE CONSUMO | 7.853.960,71 | 7.487.780,62 |
| 3.3.2 | SERVIÇOS | 24.544.668,46 | 19.220.995,00 |
| 3.3.3 | DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO | 4.366,72 | 0,00 |
| 3.4 | VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS | 2.198,95 | 1.793,53 |
| 3.4.1 | JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS | 34,80 | 0,00 |
| 3.4.2 | JUROS E ENCARGOS DE MORA | 1.204,95 | 700,53 |
| 3.4.3 | VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS | 0,00 | 605,00 |
| 3.4.4 | DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS | 79,20 | 488,00 |
| 3.4.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS | 880,00 | 0,00 |
| 3.5 | TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS | 24.628.775,55 | 22.616.456,30 |
| 3.5.1 | TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS | 20.761.303,40 | 21.119.381,95 |
| 3.5.2 | TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS | 0,00 | 1.480.712,39 |
| 3.5.3 | TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 2.285.381,15 | 0,00 |
| 3.5.5 | TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS | 1.582.091,00 | 16.000,00 |
| 3.5.7 | EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA | 0,00 | 361,96 |
| 3.6 | DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 2.093.001,71 | 64.967,15 |
| 3.6.1 | REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS | 217.558,74 | 64.967,15 |
| 3.6.4 | INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | 1.875.442,97 | 0,00 |
| 3.7 | TRIBUTÁRIAS | 984.380,14 | 942.403,04 |
| 3.7.1 | IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA | 10,75 | 942,00 |
| 3.7.2 | CONTRIBUIÇÕES | 984.369,39 | 941.461,04 |
| 3.9 | OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 2.062.085,65 | 65.428.217,07 |
| 3.9.7 | VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 0,00 | 64.147.268,29 |
| 3.9.9 | DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS | 2.062.085,65 | 1.280.948,78 |
| RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO | | 11.334.771,41 | -4.886.352,59 |

Nota 2) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS:

As variações patrimoniais diminutivas do exercício de 2018 totalizaram R\$ 140.752.770,01. Diminuição de R\$ 48.545.363,20 quando comparado com o exercício de 2017 que foi de R\$ 189.298.133,21.

Nota 3) RESULTADO PATRIMONIAL NO PERÍODO:

O resultado patrimonial do exercício de 2018 foi de R\$ 11.334.771,41. Enquanto que o do exercício de 2017 foi de R\$ -4.886.352,59.

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes de execução orçamentária) | Exercício Atual | Exercício Anterior |
|---|-----------------|--------------------|
| Incorporações de ativos | 5.702.223,84 | 2.882.595,48 |
| Desincorporações de passivos | 1.318.714,92 | 1.641.202,84 |
| Incorporações de passivos | 0,00 | 0,00 |
| Desincorporações de ativos | 715.585,58 | 76.035,25 |

Nota 4) INCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

Houve incorporação de ativos imobilizados na ordem de R\$ 5.702.223,84.

| INCORPORAÇÃO DE ATIVOS | | |
|---|--------------|--------------|
| Descrição | 2018 | 2017 |
| Aquisição de estoques. | 0,00 | 0,00 |
| Aquisição de bens móveis e construções e aquisições de imóveis. | 5.702.223,84 | 2.882.595,48 |
| Aquisição de títulos e valores. | 0,00 | 0,00 |
| Concessão de empréstimos. | 0,00 | 0,00 |
| Outras incorporações de ativos. | 0,00 | 0,00 |

Nota 5) DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Foram pagos de dívida consolidada o montante de R\$ 1.318.714,92 resultante da execução orçamentária que gerou desincorporação de passivos.

| DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS | | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Descrição | 2018 | 2017 |
| Amortização da dívida pública. | 1.318.714,92 | 1.641.202,84 |
| Outras desincorporações de passivos. | 0,00 | 0,00 |

Nota 6) INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

Houve incorporação de passivos na ordem de R\$ 0,00.



| | | | |
|----|--|--------------|--------------|
| 2º | TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS | 2.050.028,99 | 1.654.222,17 |
|----|--|--------------|--------------|

| VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (VPD) | | | |
|--|----------------------------------|---------------|---------------|
| Colocação/Relevância | Descrição da Conta | Valor (R\$) | |
| | | 2018 | 2017 |
| 1º | SERVIÇOS | 24.544.668,46 | 19.220.995,00 |
| 2º | VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES | 0,00 | 64.147.268,29 |

e.3.VPA e VPD de Repasse a maior ou menor do FPM (Portaria STN nº 327/2001):
 Não houve registro de VPA ou VPD relevante, lançada em decorrência da Portaria STN nº 327/2001 para repasse a maior ou menor do FPM.

e.4.Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado:
 Não houveram ativos com interrupção de geração de caixa, bem como não foram evidenciados ativos que sofreram o teste de *impairment*.

e.5.Baixas de investimentos:
 Não houve registro de baixas de investimentos.

e.6.Constituição ou reversão de provisões:
 Foi constituído provisão para equilíbrio atuarial do RPPS no valor de R\$ 0,00 e Reversão de Provisões no valor de R\$ 0,00 conforme Cálculo Atuarial que consta desta prestação de contas.

e.7.Montante de recebíveis reconhecidos em relação a Receita sem contraprestação:
 Não houve registro de receita sem contraprestação durante o exercício de 2018.

e.8.Origem e Destino dos Recursos Provenientes da Alienação de Ativos (Art. 50, inciso VI da LRF):
 Não houve alienação de ativos durante o exercício de 2018.

h) PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS (PIPCP) CONFORME PORTARIA STN Nº 548/2015:

h.1. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público (Poder Executivo):

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP | | | | |
|--|---|------------------------------------|-------------|----------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 31/12/2017 | Concluído |

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP | | | | |
|--|--|------------------------------------|-------------|----------------|
| Ação | 1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receita. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2021 | Em andamento |
| Ação | 2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2021 | Concluído |
| Ação | 3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber), bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2018 | Concluído |
| Ação | 4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2018 | Concluído |
| Ação | 5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | 6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |



| | | | | |
|----------------|--|------------------------------------|--|-----------------------|
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2020 | Em andamento |
| Ação | 7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2020 | Em andamento |
| Ação | 8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2023 | Em andamento |
| Ação | 9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2023 | Em andamento |
| Ação | 10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc). | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2018 | Concluído |
| Ação | 12. Reconhecimento, mensuração e provisão atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Cíveis e Militares. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | 13. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2016 | Concluído |
| Ação | 14. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |
| Ação | 15. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangível e eventuais amortizações, reavaliações e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2021 | Concluído |
| Ação | 16. Outros ativos intangíveis e eventuais amortizações e reduções a valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |
| Ação | 17. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos investimentos permanentes, e respectivos ajustes para perdas e redução ao valor recuperável. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2020 | Concluído |
| Ação | 18. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos estoques. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | 01/01/2022 | Concluído |



| | | | | |
|----------------|--|------------------------------------|--|-----------------------|
| Ação | 19. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | A ser definido em ato normativo específico da STN. | Concluído |

| PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS – PARTE III DO MCASP | | | | |
|---|---|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – FUNDEB. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – OPERAÇÕES DE CRÉDITO. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – DÍVIDA ATIVA. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – PRECATÓRIOS. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |
| Ação | Registro de Procedimentos Contábeis Específicos – CONSÓRCIOS. | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Registros contábeis conforme MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |

| PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP | | | | |
|--|---|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |

| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP | | | | |
|--|---|------------------------------------|--------------------|-----------------------|
| Ação | Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários | | | |
| Subação | Produto | Responsável | Prazo Final | Situação Atual |
| 1 | Evidenciação das demonstrações contábeis com a “Nova” estrutura do MCASP. | Secretário (a) de Finanças/Fazenda | Imediato | Concluído |

Os procedimentos contábeis orçamentários estão sendo realizados pelo Poder Executivo conforme Parte I do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

MARIA JOSÉ CASTRO TENÓRIO
Prefeita

JAIRO PEREIRA DA LUZ
Contador
CRC-PE Nº 027230/O-0